## LEI COMPLEMENTAR № 011/2018, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.

(Institui, no âmbito do Poder Executivo do Município de Tapiratiba, o Incentivo de Desempenho Variável do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB, a ser concedido aos servidores do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Tapiratiba, na forma que especifica e dá outras providências).

**Luiz Antonio Peres,** Prefeito Municipal do Município de Tapiratiba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal de Tapiratiba, em Sessão realizada em 17/12/2018, aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 012/2018, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o Incentivo de Desempenho Variável do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – **PMAQ-AB** aos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Tapiratiba, com lotação nas Equipes da Estratégia de Saúde da Família – ESF, Equipes de Saúde Bucal- ESB, Equipes de Atenção Básica EAB e Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, que fizerem adesão ao **PMAQ-AB**, instituído pelo Governo Federal.

**Parágrafo único.** O Incentivo de Desempenho Variável do **PMAQ-AB**, a que se refere o art. 1º, desta Lei, perdurará enquanto existir, em âmbito federal, o repasse de recursos para o Município de Tapiratiba, que atenda, especificamente, ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – **PMAQ-AB**.

- **Art. 2º** Farão jus ao Incentivo de Desempenho Variável do **PMAQ-AB**, conforme Anexo Único desta Lei, os servidores públicos da Prefeitura Municipal de Tapiratiba que trabalhem, comprovadamente, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, e inscritos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde CNES.
- § 1º Nos casos em que haja impedimento previsto em legislação específica, o incentivo será proporcional à carga horária definida.
- § 2º Caso não haja o repasse do Ministério da Saúde por inconsistências cadastrais dos profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde CNES, o Município, automaticamente, suspenderá o pagamento do incentivo, criado por esta lei, ao servidor com cadastro irregular no CNES.
- **Art. 3º** Farão jus ao Incentivo de Desempenho Variável do **PMAQ–AB**, as equipes que cumprirem com as metas contratualizadas, conforme a avaliação estabelecida na regulamentação do Ministério da Saúde.

**Parágrafo único.** Os valores previstos no Anexo Único desta Lei serão redefinidos após as avaliações externas em cada ciclo do **PMAQ-AB**, feitas pelo Ministério da Saúde ou instituição por ele credenciada, e poderão aumentar ou diminuir conforme o desempenho das equipes.

**Art. 4º** O acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas equipes será de competência da Diretoria Municipal de Saúde e da Coordenação de Atenção Básica de Saúde, que constituirão mecanismos e instrumentos para este fim.

**Parágrafo único.** No acompanhamento das atividades, identificando-se falhas no envolvimento e compromisso dos profissionais com relação ao cumprimento das metas, relações interpessoais com a equipe e comunidade, estes poderão perder o incentivo.

- Art. 5º O Incentivo de Desempenho Variável do PMAQ-AB:
- I terá pagamento mensal, junto com a remuneração, dela se destacando;
- II não se incorporará ao vencimento para nenhum efeito;
- III não servirá de base para cálculo de qualquer benefício, adicional ou vantagem;
- IV não servirá para efeitos de cálculo ou desconto previdenciário para os servidores estatutários.
- **Art.** 6º Os recursos orçamentários de que trata esta Lei são oriundos do Orçamento do Ministério da Saúde Piso de Atenção Básica Variável, inseridos no orçamento municipal.
- **Art. 7º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder as alterações necessárias nos Programas do Plano Plurianual, LDO e LOA para cumprimento desta Lei, bem como suspender a qualquer tempo os incentivos criados por esta lei no caso de descumprimentos dos indicadores de desempenho.
- **Art. 8º** O Chefe Do Poder Executivo deverá no prazo de 30 (trinta) dias após a promulgação desta lei, publicar por meio de decreto, os critérios de avaliação mencionados no art. 4º.
- **Art. 9º** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tapiratiba, 18 de dezembro de 2018.

## LUIZ ANTONIO PERES PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no Quadro próprio de Editais na sede da Prefeitura Municipal e no Painel da Cidadania, na mesma data.

## **ANEXO ÚNICO**

Ordem	Profissional	Remuneração Por Desempenho R\$		
		Insatisfatório	Bom	Ótimo
01	Profissionais nível superior ESF/NASF	R\$ 0,00	R\$ 250,00	R\$ 500,00
02	Auxiliar / Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Saúde Bucal	R\$ 0,00	R\$ 150,00	R\$ 250,00
03	Agente Comunitário de Saúde - ACS	R\$ 0,00	R\$ 100,00	R\$ 200,00